



**Conselho de Secretarias Municipais de Saúde
da Paraíba - COSEMS/PB**

31 DE DEZEMBRO DE 2025

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis



compliance
& auditoria

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba - COSEMS/PB

MRP – 241/2026

31 de dezembro de 2025

Demonstrações contábeis

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações contábeis..... 01

Demonstrações contábeis

Balanco patrimonial.....

Demonstração do resultado do período.....

Demonstração das mutações do patrimônio social.....

Demonstração do fluxo de caixa.....

Notas explicativas às demonstrações contábeis.....

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Associados, Conselheiros e Administradores do

CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA PARAÍBA – COSEMS/PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba – COSEMS/PB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba – COSEMS/PB em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis as Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao COSEMS/PB, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

MRP1

Ênfase - Acompanhamento Orçamentário

Chamamos a atenção para a ausência de um processo estruturado e formalizado para o acompanhamento do orçamento previsto versus realizado. Considerando que o COSEMS/PB recebe recursos de origem pública, é fundamental a observância das boas práticas de governança, transparência e controle orçamentário, garantindo que a aplicação dos recursos esteja em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade. A ausência de um monitoramento sistemático pode impactar a efetividade da gestão financeira, comprometer a alocação adequada dos recursos e dificultar a prestação de contas perante os órgãos reguladores e demais partes interessadas. Nossa opinião não contém ressalvas quanto a esse assunto.

Ênfase – Ausência de procedimentos adequados para contratação das despesas

Chamamos a atenção para o fato da ausência de revisão apropriada para a contratação de serviços e controle das despesas realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A ausência desses controles pode representar riscos quanto à adequada comprovação, rastreabilidade e conformidade das despesas pagas pela entidade. Não obstante, os recursos recebidos pela entidade possuem origem pública, o que reforça a necessidade de maior rigor e transparência na aplicação e prestação de contas desses recursos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

MRP3

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

João Pessoa - PB, 30 de março de 2026.

MRP Compliance e Auditoria
MRP COMPLIANCE E AUDITORIA
CRC DF-001326/O-4

Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC DF-015504/O-2

MRP4

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba (COSEMS/PB)
CNPJ - 41.221.128/0001-62

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Valores em reais

ATIVO	Nota	2025	2024 Reapresentado
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		860.171	800.186
Tributos a recuperar		2.441	2.441
Outras contas a receber		845	3.163
		863.457	805.790
Ativo Não Circulante			
Imobilizado		39.937	56.598
Intangível		1.418	790
		41.355	57.388
		904.812	863.178
PASSIVO			
	Nota	2025	2024
Passivo Circulante			
Obrigações Sociais, Trab. e Tributarias		49.660	27.213
Contas a Pagar		1.500	8.500
Obrigações com Termo de Colaboração		29.100	49.100
Convênio SES PB		50.000	-
Provisões		139.651	56.545
		269.911	141.358
Patrimônio Líquido		634.901	721.820
Patrimônio social		634.901	721.820
		904.812	863.178

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba (COSEMS/PB)
CNPJ - 41.221.128/0001-62

Demonstração do resultado do período
Valores em reais

	Nota	2025	2024 Reapresentada
Receitas com restrição			
Parcerias – Termo de Cooperação		325.200	310.600
		325.200	310.600
Receitas sem restrição			
Contribuições		1.935.259	1.535.021
		1.935.259	1.535.021
Custos e Despesas Operacionais com recursos com restrição			
Termo de Cooperação BP - Apoiadores		(325.200)	(317.900)
		(325.200)	(317.900)
Custos e Despesas Operacionais com atividades institucionais			
Pessoal, encargos sociais e assistenciais		(1.024.525)	(576.121)
Despesas gerais e administrativas		(1.140.655)	(786.257)
		(2.165.180)	(1.362.378)
Superávit ou Déficit antes das receitas e despesas financeiras		(229.921)	165.343
Receitas e despesas financeiras, líquido		106.003	54.933
Déficit do exercício		(123.918)	220.276

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Valores em reais

	Patrimônio social	Total
	<u> </u>	<u> </u>
Em 01 de janeiro de 2024	<u>519.188</u>	<u>519.188</u>
Ajustes exercícios anteriores	(17.644)	(17.644)
Superávit do exercício	220.276	220.276
Em 31 de dezembro de 2024	<u>721.820</u>	<u>721.820</u>
Ajustes de exercícios anteriores	36.999	36.999
Déficit do exercício	(123.918)	(123.918)
Em 31 de dezembro de 2025	<u>634.901</u>	<u>634.901</u>

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024 (Reapresentada)
Superávit/Déficit líquido do exercício	(123.919)	220.276
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	21.565	8.105
Outros	(10.952)	
Ajuste de Exercícios anteriores	36.999	(37.354)
Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) valores a receber	-	-
(+/-) Redução/(Aumento) em tributos a recuperar	-	(2.393)
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	2.318	36.200
Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	22.447	(9.997)
(+/-) Aumento/(Redução) em contas a pagar	(7.000)	1.630
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões	(82.996)	5.034
(+/-) Aumento/(Redução) Parcerias - Recursos com Restrição	30.000	29.300
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	54.453	250.801
2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2025	2024 (Reapresentada)
(-) Compra do Ativo Imobilizado	367	-
(-) Compra do Ativo Intangível	5.165	-
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	5.532	-
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	59.985	250.801
3 -VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	59.985	250.801
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	800.186	549.385
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	860.171	800.186

1 Contexto operacional

(a) Informações gerais

O CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA PARAÍBA-COSEMS é uma associação privada sem fins lucrativos que tem por finalidade deliberar acerca de Diretriz Geral de atuação dos Secretários Municipais de Saúde da Paraíba. – Representar os Secretários Municipais de Saúde da Paraíba junto a instituições, Conselhos, Assembleias ou reuniões de caráter Municipal, Estadual ou Nacional. – Lutar pela implementação do SUS-PB e SUS-PB, participando na qualidade de representantes dos Secretários Municipais de Saúde da Paraíba – Lutar pela autonomia do Município.

(b) Aspectos tributários e previdenciários

Presentemente, o COSEMS/PB está sujeito ao pagamento de contribuições ao: (i) Programa de Integração Social (PIS), calculada à razão de 1% sobre o montante da folha de pagamentos; e (ii) Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), calculada com base na folha de pagamento de salários.

Por ser uma entidade civil sem fins lucrativos, o COSEMS/PB é isento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro.

(c) Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis da Entidade foi autorizada pela Administração em 31 de Dezembro de 2025.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Interpretação ITGC 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados instrumentos financeiros ao seu valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para Entidades sem finalidade de lucro requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2 Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa - restrito

Incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez relacionados aos projetos administrados pela Entidade.

2.5 Reconhecimento, des reconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Entidade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Entidade mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.5.1- Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - impairment

A Entidade avalia as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber, a Entidade, embora aplique a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC PME, avalia que não há necessidade de provisão para perdas, já que as atividades de geração de contas a receber são autorizadas e efetuadas em nome dos projetos que absorvem todos os riscos inerentes ao processo de recebimento. Adicionalmente, a Entidade raramente executa serviços aos projetos sem a respectiva entrada dos recursos, reduzindo os riscos relativos ao recebimento de DOA.

2.6 Imobilizado

Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos do imobilizado é calculada usando o método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, receitas, líquidas" na demonstração do superávit.

2.7 Ativos intangíveis

As licenças de softwares adquiridas são demonstradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil estimada de cinco anos.

2.7.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - impairment

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do exercício, como despesas operacionais.

2.9 Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.10 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela contraprestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida dos cancelamentos, quando aplicável.

As receitas são oriundas, substancialmente de taxas administrativas e recebimento de patrocínios para gestão de projetos de pesquisa, ensino, desenvolvimento, inovação e reformas, sendo estes realizados sob demanda e reconhecida no resultado de acordo com o progresso de gestão e desenvolvimento de cada projeto.

2.11 Demais receitas, custos e despesas

As demais receitas, custos dos serviços e despesas também são reconhecidas pelo regime de competência.

2.12 Resultado financeiro

A receita e a despesa financeira são reconhecidas em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita e despesa seja apropriada à Entidade.

2.13 Reapresentação das cifras comparativas - Mudança de política contábil

(a) No balanço patrimonial

O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, apresentado para fins de comparação, foi ajustado pela reclassificação dos equivalentes de caixa e dos recursos dos projetos.

- (I) Em decorrência de inconsistências identificadas na conciliação dos saldos de aplicações financeiras no exercício de 2024, foram realizados ajustes contábeis. Tais inconsistências ocorreram em virtude da indisponibilidade dos extratos das aplicações financeiras à época, o que levou ao reconhecimento dos valores de forma líquida. Com a finalidade de regularização contábil e de assegurar que as demonstrações financeiras refletissem adequadamente a posição patrimonial da instituição, tornou-se necessária a reclassificação dos saldos para seus valores brutos.
- (II) Foi necessário realizar um ajuste na conta IRRF a recuperar, o saldo de IIR apresentou uma redução no período a fim de adequar o saldo a realidade contábil.
- (III) Com base em análise interna, a Administração identificou a necessidade de realizar ajustes nos valores a receber apresentados nas demonstrações contábeis do exercício de 2024. Verificou-se que havia uma apropriação de saldo a receber da BP que não refletia a realidade da instituição, sendo que tais valores foram originalmente apropriados nos meses de agosto e setembro de 2021, razão pela qual foi necessário realizar os devidos ajustes. Referidos ajustes referem-se, substancialmente, à apropriação de valores a receber decorrentes do convênio com a BP.

- (IV) Foi necessário realizar ajustes nas contas de FGTS e PIS a recolher em decorrência de provisão constituída a maior em períodos anteriores, de forma a adequar os saldos à real obrigação da instituição na data-base das demonstrações contábeis.
- (V) As demonstrações contábeis do exercício de 2024 apresentaram saldo a pagar à empresa GHR Participações e Empreendimentos, referente ao Contrato nº 002/2024. Em 29 de abril de 2025, o referido contrato foi objetivo de ajuste por meio do Primeiro Termo Aditivo, o qual resultou na redução do valor da despesa apropriada no exercício anterior. Em decorrência disso, a Administração procedeu ao registro de ajuste contábil para a adequada mensuração dos valores a pagar a fornecedores.

ATIVO	Nota	2024	Ajustes	2024
		Reapresentado		
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (I)		800.186	18.374	781.812
Tributos a recuperar (II)		2.441	(49)	2.490
Outras contas a receber (III)		3.163	(39.600)	42.763
		805.790	(21.275)	827.065
Ativo Não Circulante				
Imobilizado		56.598		56.598
Intangível		790		790
		57.388		57.388
		863.178	(21.275)	884.453
PASSIVO				
PASSIVO	Nota	2024	Ajustes	2024
		Reapresentado		
Passivo Circulante				
Obrigações Sociais, Trab. e Tributárias (IV)		27.213	(1.281)	28.494
Contas a Pagar (V)		8.500	(48.281)	56.781
Obrigações com Termo de Colaboração		49.100		49.100
Provisões		56.545		56.545
		141.358	(49.562)	190.920
		-		-
Patrimônio Líquido				
Patrimônio social		721.820	28.287	693.533
		721.820		693.533
		863.178		884.453

(b) Na demonstração do resultado do exercício

A demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentado para fins de comparação, foi ajustado pela Entidade:

Nota	2024	Ajustes	2024
	Reapresentada		
Receitas com restrição			
Parcerias – Termo de Cooperação	310.600		310.600
	310.600		310.600
Receitas sem restrição			
Contribuições	1.535.021		1.535.021
	1.535.021		1.535.021
Custos e Despesas Operacionais com recursos com restrição			
Termo de Cooperação BP - Apoiadores	(317.900)		(317.900)
	(317.900)		(317.900)
Custos e Despesas Operacionais com atividades institucionais			
Pessoal, encargos sociais e assistenciais	(576.121)		(576.121)
Despesas gerais e administrativas	(786.257)	48.281	(834.538)
	(1.362.378)	48.281	(1.410.659)
Superávit antes das receitas e despesas financeiras	165.343		117.062
Receitas e despesas financeiras, líquido	54.933		54.933
Superávit do exercício	220.276	48.281	171.965

(c) Na demonstração do fluxo de caixa

Os valores correspondentes a 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados devido aos reflexos da reapresentação do balanço patrimonial como a seguir detalhado:

	2024		
1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(Reapresentada)	Ajuste	2024
Superávit/Déficit líquido do exercício	220.276	48.311	171.965
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	8.105	8.105	
Outros		1.030	(1.030)
Ajuste de Exercícios anteriores	(37.354)	(37.354)	
		-	
Variação nos saldos dos ativos:		-	
(+/-) Redução/(Aumento) valores a receber	-	3.400	(3.400)
(+/-) Redução/(Aumento) em tributos a recuperar	(2.393)	(2.393)	-
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	36.200	36.200	-
		-	
Variação nos saldos dos passivos:		11.158	(11.158)
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(9.997)	(9.997)	-
(+/-) Aumento/(Redução) em contas a pagar	1.630	(82.615)	84.245
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões	5.034	5.034	-
(+/-) Aumento/(Redução) Parcerias - Recursos com Restrição	29.300	29.300	-
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	-	-	-
		-	
		-	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	250.801	10.179	240.622
	2024		
2 -FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(Reapresentada)	Ajuste	2024
(-) Compra do Ativo Imobilizado	-	8.195	(8.195)
(-) Compra do Ativo Intangível	-		-
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	-		(8.195)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	250.801		232.427
3 -VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	250.801		232.427
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	549.385		549.385
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	800.186		781.812

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

As estimativas contábeis raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão relacionadas à revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado, além da provisão para contingências.

Nesse sentido, a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Entidade é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Representado por saldos mantidos em contas correntes bancárias da Entidade que não representam qualquer vinculação com os convênios e projetos ou cujos recursos não sejam de uso restrito.

Devido ao período de pandemia, a realização de eventos foi suspensa, sendo esta a despesa que gerava maior dispêndio para o COSEMS/PB. Desse modo, com essa redução, e com a continuidade do recebimento dos repasses efetuados pelo CONASEMS (Portaria 220/2007) ao COSEMS/PB, gerou-se uma disponibilidade financeira, que passou a ser aplicada para que assim pudesse gerar rendimentos financeiros. O tipo de aplicação escolhida foi a CDB/RDB e atualmente possui o seguinte saldo:

APLICAÇÃO	SALDO EM 31/12/2024 (Reapresentado)	SALDO EM 31/12/2025
Caixa	R\$ 620,34	R\$ 619,34
Aplicação Contamax	R\$ 25.414,43	R\$ 21.432,43
Aplicação Santander CDB/RDB – Nº 260006186984	R\$ 100.998,68	R\$ 0,00
Aplicação Santander CDB/RDB – 260008085496	R\$ 194.195,49	R\$ 221.991,15
Aplicação Santander CDB/RDB – Nº 260009042348	R\$ 122.357,86	R\$ 140.433,53
Aplicação Santander CDB/RDB – Nº 260010419050	R\$ 108.395,37	R\$ 123.579,27
Aplicação Santander CDB/RDB – Nº 260011429418	R\$ 248.204,15	R\$ 192.057,88
Aplicação Santander CDB/RDB – Nº 260011940979	-	R\$ 109.056,66
Aplicação Banco do Brasil RF Curto Prazo	-	R\$ 51.001,00
TOTAL	R\$ 800.186,32	R\$ 860.171,26

5 Adiantamentos para projeto - BP

A REAL E BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA, ora designada simplesmente "BP", está autorizada a desenvolver no âmbito do PROADI-SUS o projeto intitulado "Formação Rede Colaborativa para Fortalecimento da Gestão Municipal do SUS".

O Projeto "Rede Colaborativa" consiste na parceria entre Ministério da Saúde (MS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), BP e HAOC, cujo escopo consiste na formalização de parceria entre as Partes, visando o fortalecimento da Estratégia do Apoiador COSEMS, nas práticas de apoio à gestão municipal da saúde.

Nesse sentido, foi firmado Termo de Apoio e Cooperação entre o CONASEMS e o COSEMS/PB com a finalidade de apoio financeiro para auxiliar na consolidação da Rede Colaborativa para fortalecimento da Gestão Municipal do SUS.

Cabendo ao CONASEMS:

Transferir ao COSEMS/PB, o valor atribuído em Termo de Apoio e Cooperação;

Prestar apoio técnico/administrativo quando solicitado pelo COSEMS/PB. Sendo obrigações do COSEMS/PB:

Efetuar o pagamento da prestação de serviços de 6 (seis) Apoiadores Regionais pelos serviços prestados no mês de agosto, de acordo com a legislação vigente;

Arcar com eventuais encargos que façam necessários à execução do objeto do presente acordo de cooperação;

Restituir ao CONASEMS o valor recebido em decorrência do Termo de Apoio e Cooperação, por meio de dedução de valor correspondente nos recursos da contribuição de representação institucional a serem repassados ao COSEMS/PB em fevereiro de 2024.

6 Imobilizado

O Controle de bens patrimoniais é realizado através de tabela no Excel com Depreciação mensal, realizada inclusão de depreciação.

CATEGORIA	VALOR	TAXA ANUAL	VIDA UTIL	DEPRECIÇÃO MENSAL
MOVEIS E UTENSILIOS	R\$ 68.325,43	10%	10 ANOS	R\$ 517,69
COMPUTADORES E PERIFERICOS	R\$ 61.217,92	20%	5 ANOS	R\$ 657,76
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 14.694,21	10%	10 ANOS	R\$ 88,94
CONSTRUÇÕES E BENFEITORIAS	R\$ 34.795,33	4%	25 ANOS	R\$ 115,98
TOTAIS	R\$ 179.032,89			R\$ 1.380,37

7 Obrigações trabalhistas e tributárias

Obrigações Tributárias- Os valores a recolher de INSS (R\$ 21.154,67) são (R\$ 1.641,77) referentes a saldos pendentes de conciliação/pagamento do ano 2015 e 2016, que permanecerão demonstrados até deliberação da Cosems/Auditoria, (R\$ 0,66) referentes a pagamento efetuado com valor diferente, porém não é possível efetuar o pagamento dessa diferença por representar um valor pequeno para emissão de guia e (R\$ 19.512,90) referentes a competência de 12/2023 que possui vencimento no exercício seguinte.

COMPOSIÇÃO DE SALDO DA CONTA INSS À RECOLHER EM 31.12.2025	
PERÍODO	SALDO À RECOLHER
ANTERIOR À 2017	R\$ 1.595,00
DEZEMBRO/ 2017	R\$ 46,11
JULHO/ 2020	R\$ 0,66
DEZEMBRO/ 2025	R\$ 19.512,90
TOTAL A RECOLHER	R\$ 21.154,67

8 Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

O patrimônio social é formado pela dotação inicial registrada na ata de constituição da Entidade, pelos recursos patrimoniais aportados por seus membros instituidores e pelos superavits acumulados apurados pela entidade.

9 Receitas

Receitas Portaria 220/2207 - Os recursos recebidos pela COSEMS/PB são de repasse do CONASEMS através da Portaria 220/2007, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, presta-se conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização.

10 Resultado financeiro

Em 2025 a COSEMS apresentou um déficit de R\$ 123.918,52 que será adicionado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002.

11 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.